

FERNANDO DANIEL DE MOURA FONSECA

Prefácios

Paulo Ayres Barreto
Eliseu Martins

Apresentação

Ricardo Mariz de Oliveira

IMPOSTO SOBRE A RENDA

uma proposta de diálogo
com a contabilidade

Belo Horizonte

 **FÓRUM**

2018

© 2018 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Florianio de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

F676i	Fonseca, Fernando Daniel de Moura
	Imposto sobre a renda: uma proposta de diálogo com a contabilidade / Fernando Daniel de Moura Fonseca. – Belo Horizonte : Fórum, 2018. 303p.; 14,5 cm x 21,5 cm
	ISBN: 978-85-450-0577-3
	1. Direito Tributário. 2. Direito Societário. 3. Contabilidade. I. Título.
2018-705	CDD: 341.39 CDU: 34:336.2

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FONSECA, Fernando Daniel de Moura. *Imposto sobre a renda: uma proposta de diálogo com a contabilidade*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 303p. ISBN 978-85-450-0577-3.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Paulo Ayres Barreto	15
PREFÁCIO	
Eliseu Martins	19
APRESENTAÇÃO	
Ricardo Mariz de Oliveira	27
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	33
CAPÍTULO 2	
CONSTRUÇÃO DO CONCEITO JURÍDICO DE RENDA	41
2.1 Pressupostos	41
2.2 Os mitos a serem superados.....	44
2.2.1 A inexistência de um conceito de renda que possa ser chamado de verdadeiro	44
2.2.2 O conceito jurídico de renda não se subordina ao econômico	47
2.2.3 O conceito jurídico de renda não se subordina ao contábil	48
2.3 Um natural ponto de partida: o conceito Haig-Simons de renda	53
2.4 Ainda a busca por um conceito jurídico de renda: as balizas	58
2.4.1 Acréscimo patrimonial e preservação do capital	58
2.4.2 O conceito de patrimônio e sua mensuração	61
2.4.2.1 O patrimônio das pessoas jurídicas.....	62
2.4.2.2 O patrimônio das pessoas físicas.....	68
2.4.3 O conceito de manutenção do capital.....	69
2.4.4 A necessidade de realização.....	73

2.4.4.1	Considerações essenciais	73
2.4.4.2	Os aparentes novos contornos dessa discussão	80
2.4.4.3	A posição defendida no presente trabalho.....	87
2.4.5	Renda líquida: a questão da dedução dos gastos para a mensuração do acréscimo patrimonial	91
2.4.6	Há necessidade de que todos os rendimentos recebam o mesmo tratamento?	95
2.4.7	A polêmica da progressividade na incidência.....	100
2.4.8	A questão da periodicidade.....	106
2.4.9	O conceito jurídico de renda em uma definição abrangente.....	108

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO JURÍDICO DE RENDA SOB A PERSPECTIVA BRASILEIRA		109
3.1	Pressupostos teóricos para a compreensão da realidade brasileira	109
3.2	O conteúdo normativo do sistema constitucional tributário brasileiro.....	113
3.2.1	A rigidez como o traço mais marcante	113
3.2.2	Os efeitos práticos da rigidez sobre a construção do conceito de renda	122
3.3	Delimitação positiva do conceito de renda para fins tributários no Brasil	126
3.3.1	O pressuposto do acréscimo patrimonial.....	126
3.3.2	A mensuração do patrimônio para fins de tributação da renda	133
3.3.2.1	Considerações essenciais	133
3.3.2.2	A mensuração do patrimônio das pessoas jurídicas.....	136
3.3.2.3	A mensuração do patrimônio das pessoas físicas.....	139
3.3.3	A necessidade de manutenção do capital e de compensação das perdas de períodos passados	140
3.3.4	A necessidade de realização.....	145
3.3.5	A necessidade de dedução dos gastos	154
3.3.6	Generalidade, Universalidade e Progressividade.....	160
3.3.6.1	A tributação em conjunto de todas as espécies de rendimentos	164
3.3.6.2	A (des)necessidade de uma incidência progressiva	169

3.3.7	A questão da periodicidade.....	171
3.4	O conceito de renda do Código Tributário Nacional	173
3.4.1	Considerações iniciais	173
3.4.2	A aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica da renda	179
3.5	Uma proposta de conceito constitucional de renda.....	192

CAPÍTULO 4

DELIMITAÇÃO DO ESPECTRO DE INFLUÊNCIA DA CONTABILIDADE SOBRE A DEFINIÇÃO DO FATO GERADOR DO IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS		195
4.1	Aspectos essenciais	195
4.2	Os exemplos escolhidos	198
4.3	A relação entre tributação da renda e contabilidade	204
4.3.1	As origens e as causas dessa relação	204
4.3.2	A realidade brasileira	207
4.3.3	A convergência a um padrão contábil internacional	210
4.4	O padrão IFRS sob a perspectiva brasileira. A estrutura conceitual básica.....	213
4.5	A discussão acerca dos efeitos tributários.....	219
4.5.1	Breves notas acerca da experiência europeia	219
4.5.2	Os possíveis efeitos tributários das modificações de práticas contábeis no Brasil	222
4.5.3	Critérios para interpretação da neutralidade tributária.....	229
4.5.4	Fundamentos para a identificação dos efeitos diretos sobre a base de cálculo do imposto de renda e a necessidade de depuração do lucro líquido para fins tributários.....	232
4.5.4.1	A relação entre passado e futuro: expectativas e valor justo.....	233
4.5.4.1.1	A perspectiva econômica	233
4.5.4.1.2	A perspectiva contábil	239
4.5.4.1.3	A perspectiva jurídica.....	242
4.5.4.2	Os efeitos jurídicos de uma informação contábil fidedigna: essência econômica <i>versus</i> forma jurídica.....	244
4.6	Propostas para resolução dos exemplos selecionados	255
4.6.1	O caso da permuta imobiliária.....	255
4.6.2	O caso dos instrumentos híbridos	262

4.6.3	O caso do ganho por compra vantajosa.....	265
4.6.4	O negócio jurídico de incorporação de ações	270
CAPÍTULO 5		
CONSIDERAÇÕES FINAIS		277
REFERÊNCIAS.....		281